ROBERTO COVOLO BORTOLI

Uma nova análise da consciência no Direito do Trabalho

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Dr. Sergio Pinto Martins

Universidade de São Paulo

Faculdade de Direito

São Paulo – SP

2017

ROBERTO COVOLO BORTOLI

Uma nova análise da consciência no Direito do Trabalho

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração de Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Prof. Titular Dr. Sergio Pinto Martins.

Universidade de São Paulo

Faculdade de Direito

São Paulo – SP

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Bortoli, Roberto Covolo

Uma nova análise da consciência no Direito do Trabalho / Roberto Covolo Bortoli; orientador Sergio Pinto Martins -- São Paulo, 2017.

174

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Seguridade Social) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Direito do Trabalho. 2. Ética. 3. Dignidade. 4. Consciência. 5. Consciência ética. I. Martins,

Sergio Pinto, orient. II. Título.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao Prof. Titular Dr. Sergio Pinto Martins pela orientação e pela confiança na oportunidade concedida.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Margarete. Muito obrigado pelo Amor e por tudo!

RESUMO

É necessária uma reflexão ética sobre o trabalho humano, já que em um mundo globalizado as grandes corporações procuram os países que não oferecem proteção ao trabalhador ou fazem isso de forma atenuada. O mesmo ocorre no Brasil, em relação à proteção do trabalhador.

Trabalho e dignidade humana sempre andaram juntos. No entanto, com o tempo, a dignidade do ser humano vem sofrendo inúmeros golpes.

O trabalho escravo, dos primórdios da humanidade, volta a assolar o mundo como uma doença sem cura.

De igual maneira, o trabalhador é explorado, sem que os atores sociais e o próprio Direito do Trabalho consigam resolver esse problema.

É necessário dotar o cidadão, que é um trabalhador, de ferramentas que possam fazer a mudança da mentalidade no trabalho, que atinjam, também, os planos material, espiritual e emocional do trabalhador, fazendo com ele cresça e se desenvolva.

A consciência ética tem grande importância para o Direito do Trabalho porque pode devolver ao trabalhador o significado do trabalho, para que a humanidade possa avançar como um todo.

Palavras-chaves: trabalho, exploração, ética, consciência, dignidade, consciência ética, direito do trabalho.

ABSTRACT

Ethical reflection on human work is needed, since in a globalized world, large corporations seek out countries that do not provide worker with protection or do so in a mitigated way. The same occurs in Brazil, in relation to worker protection.

Work and human dignity have always been together. However, over time, the dignity of the human being has not been respected, as it should. Slave labor, from the beginnings of humankind, once again ravages the world as a disease without cure. In the same way, the worker is exploited, without the social actors and the Labor Law itself being able to solve this problem.

It is necessary to equip the citizen, who is a worker, with tools that can change the mentality at work, that also reach the material, spiritual and emotional levels of the worker, making it grow and develop.

The ethical consciousness has great importance for Labor Law because it can help the worker understand the real meaning of work. Therefore, that humanity can grow together as one.

Keywords: work, exploitation, ethics, consciousness, dignity, ethical consciousness, labor law.

RÉSUMÉ

Il a fallu une réflexion éthique sur le travail humain, puisque dans un monde globalisé de grandes entreprises à la recherche pour les pays qui ne proposent pas de protection pour les travailleurs ou le font sous une forme atténuée. La même chose se produit au Brésil en matière de protection des travailleurs.

Travail et de la dignité humaine ont toujours été ensemble. Cependant, avec le temps, la dignité de l'être humain a subi de nombreux coups.

La main-d'œuvre esclave des premiers jours de l'humanité, de retour à ravager le monde comme une maladie incurable.

De même, le travailleur est exploité, sans acteurs sociaux et le droit du travail lui-même peut résoudre ce problème.

Il est nécessaire de fournir au citoyen qui est un travailleur, des outils qui peuvent faire un changement de mentalité au travail, prévoit également d'atteindre un matériau, un travailleur spirituel et émotionnel, ce qui en fait grandir et se développer.

La conscience éthique est très important pour le droit du travail, car il peut revenir au travailleur le sens du travail, de sorte que l'humanité puisse aller de l'avant dans son ensemble.

Mots-clés: travail, exploration, l'éthique, la conscience, la dignité, conscience éthique, droit du travail.

FOLHA EM BRANCO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Justificativa	1
Formulação da hipótese	5
Método	7

CAPÍTULO 1. REFLEXÕES ÉTICAS ACERCA DO TRABALHO

1.1 O trabalho e a sua regulamentação em um mundo globalizado	9
1.2 O trabalho e a dignidade do ser humano.....	21
1.3 O trabalho escravo	29
1.4 Exploração do trabalhador	35

CAPÍTULO 2. UMA NOVA ANÁLISE DOS DIREITOS HUMANOS

2.1 Os Direitos Humanos e o seu desenvolvimento	55
2.2 Uma nova análise dos direitos humanos.....	72

CAPÍTULO 3. A CONSCIÊNCIA ÉTICA E AS SUAS IMPLICAÇÕES

3.1 Aspectos da consciência	89
3.2 Uma nova análise da consciência no Direito do Trabalho.....	115

CONCLUSÕES	139
------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	151
---------------------------------	-----

FOLHA EM BRANCO

INTRODUÇÃO

Justificativa

Escolheu-se analisar a consciência no Direito do Trabalho por causa da importância que o estudo da consciência vem assumindo no mundo e porque o Direito do Trabalho figura entre os mais importantes ramos do Direito, por acompanhar, de forma clara, o desenvolvimento do trabalho humano e o progresso da sociedade ao longo da História.

Todas as alterações ocorridas na sociedade têm no trabalho, e na forma em que ele é regido, uma profunda ligação, mas é necessário refletir continuamente a respeito dele.

O Direito do Trabalho tem como característica a interdisciplinaridade, já que os problemas que ele enfrenta estão centrados no ser humano e não podem ser resolvidos por uma única disciplina ou área do saber, o que demanda, sempre, novas visões da realidade. O indivíduo, além disso, está em constante evolução.

Nesse contexto, o estudo do Direito do Trabalho não pode se afastar de sua dimensão ética, na medida em que ele deve passar por uma reflexão profunda e ampla. É por meio do trabalho que o homem transforma a natureza e a si mesmo e à coletividade a que pertence, impulsionando e transformando, conseqüentemente, a sociedade e o mundo em que vive. Refletindo-se assim, adequa-se aos novos tempos, encontrando novas soluções.

A ética é uma reflexão sobre o comportamento humano, que desempenha papel importante na forma de pensar o trabalho e de como ele pode beneficiar o ser humano.

Desse modo, uma reflexão ética sobre o Direito do Trabalho diz respeito ao próprio processo de entendimento desse ramo do Direito e de como ele pode transformar o ser humano.

Essa reflexão, no entanto, não pode passar somente pelo plano mental, assim como não poderia passar somente pelo plano das emoções.

Essa reflexão deve ser maior que isso, englobando, além dos planos citados, o plano material e o plano espiritual. Todos esses quatro planos são inerentes à realidade humana, à natureza humana. O homem tem, nesses planos, os seus quatro alicerces, sem os quais não é possível se “levantar”, sem cair logo em seguida.

O plano material é identificado no mundo exterior do homem e no seu próprio corpo, mas o plano mental, o emocional e o espiritual fazem parte de uma dimensão interior do homem, compondo um outro Universo, tão grande e tão inexplorado quanto o Universo

físico material.

A essa junção e inter-relação entre planos físico, mental, emocional e espiritual que compõem o ser humano e ao mesmo tempo identificam sua dimensão de atuação, denominaremos, em nosso trabalho, de *consciência*. Porque o homem é um microcosmo, à semelhança do macrocosmo universal.¹

Especificamente chamaremos de *consciência ética* a essa reflexão elaborada a partir de todos esses planos que compõem a consciência.

Essa consciência ética também poderá aparecer, de forma coletiva, pela ligação de indivíduos em torno de um objetivo comum. Denominaremos essa consciência ética coletiva de *egrégora*. O termo egrégora tem a mesma origem que “gregário”, que vem do latim *gregariu*. Quer dizer, congregação, sociedade, conjunto de pessoas. No plano espiritual usa-se o nome egrégora para designar um grupo vibracional,² um campo de energia sutil em que se reúnem forças, pensamentos ou vibrações com um determinado fim espiritual de atuação e proteção.³

Todo ser humano tem dignidade, mas, para que ele possa se apossar plenamente dessa dignidade, conhecendo-a, desenvolvendo-a e atuando com ela e sobre ela, no mundo material, espiritual, mental e emocional, ele deve refletir sobre ela, deve saber que ela existe. Conforme essa reflexão sobre esta dignidade vai ocorrendo, a sua consciência ética vai se modificando também.

A dignidade do ser humano é o ponto de partida e a consciência ética é o meio para se atingir o pleno desenvolvimento dessa dignidade do ser humano no trabalho em todos os quatro planos de existência.

A alienação provocada pelo trabalho assalariado, faz com que o homem se afaste da consciência, porque ele se vê separado do resultado do seu trabalho, da realidade a qual

¹ PLATÃO. **Timeu-Crítias**. (Trad. do grego, introd., not. e índ.: Rodolfo Lopes). Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011, p. 33, 34, 95 e contracapa. Ver p. 94: “Deste modo, o demiurgo põe os olhos no que é imutável e que utiliza como arquétipo⁶⁴. Nota 64: *paradeigma*. No Timeu, as ideias são tomadas na sua totalidade sob o conceito de “arquétipo”; este representa, pois, a soma de todas elas que serve de modelo inteligível de racionalidade para a criação”. Ver, também, contracapa: “No Timeu, um princípio divino inteligente (o demiurgo) molda, como um artífice, a matéria pré-cósmica em obediência a um modelo de racionalidade externo (o arquétipo). O resultado é o mundo, uma imagem do modelo; e o Homem, um microcosmos”.

² PIACENTINI, Maria Tereza de Queiroz. **Não Tropece na Língua: Lições e curiosidades do português brasileiro**. Curitiba: Bonijuris, 2012, p. 103.

³ SOULAS, Johann. **Testament universel: Le monde est lumière parce qu'il est mathématique**. Paris: Publibook, 2015, p. 207. Essa egrégora cuida e mantém protegidos seus componentes. De outro lado, do grego *egrégorein* significa vigia, que era a denominação dada aos anjos, que no Monte Hermon que se uniram às filhas de Seth. Ver também em: ELLENWOOD, Ray. **Egregore: A History of the Montréal Automatist Movement**. Toronto: Exile, 1992, p. XI.

criou e que lhe pertence, sem que sequer tenha tempo para refletir sobre essa condição, tal a velocidade imprimida pela sociedade atual.

A alienação tem início quando o que é produzido pelo o trabalho deixa de ser um meio de subsistência direta e a confirmação da existência do trabalhador e passa a ser fonte de um lucro que enfrenta o seu produtor como um ser estranho. É a objetivação do trabalho que para o operário significa a perda de sua realidade, a entrada na alienação, já que antes o trabalho era uma manifestação da personalidade do homem e essa exteriorização de suas forças transformou-se em ganho.⁴ A alienação, portanto, aparece no resultado e na própria atividade e cria a dominação de um homem sobre o outro.

Para que o indivíduo tenha o conhecimento do seu próprio valor, em todos os seus planos de atuação e existência, quais sejam os planos mental, emocional, material e espiritual, que são inerentes à sua condição de ser humano, é necessário que o trabalho e a legislação do trabalho estimulem nele a possibilidade de refletir sobre esses planos e o ajudem a se realizar em cada um deles e consiga desenvolver esses planos.

Se isso não ocorre e, ao contrário, nega-se a possibilidade de que o ser humano se realize e se desenvolva em qualquer desses planos e, ainda, se impossibilita a sua reflexão sobre essa situação, isso resulta em sua alienação.

Por exemplo, ele não tem direito a escolher o sindicato que o represente, apesar de o voto ser uma das maiores conquistas do cidadão e, assim, jamais terá possibilidade de refletir sobre algo que nunca pode realizar.

Decorre da situação acima ainda outra alienação, que é a incapacidade de o trabalhador gerir o próprio trabalho da maneira que bem entender, porque pode ficar adstrito a convenções e acordos coletivos que, não raramente, não estão adequados a seus interesses mais prementes, pois foi decidido por um sindicato que sequer pode escolher.

Alienado, porque excessivamente tutelado pelo Estado, por meio dos atores sociais, que, por exemplo, decidem o que é melhor para ele somente depois de ele ter que percorrer um longo caminho, de um alto custo, sem estimular que ele lute pelos seus próprios direitos, considerando-o como um cidadão, que não tem capacidade plena de gerir seus próprios interesses.

É certo que a proteção dispensada pela legislação ao empregado visa suprir sua hipossuficiência, mas deve haver uma correção. É imprescindível mudar esse quadro, como ocorreu com a legislação de proteção à mulher, que, de excessivamente protetiva, acabava

⁴ SANTOS, Laymert Garcia dos. **Alienação e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 35

por negar alguns direitos à mulher trabalhadora, como, por exemplo, o trabalho em locais insalubres.⁵

Alienado, porque afastado da gestão do seu próprio trabalho, ainda que a Constituição de 1988 (art. 7º, XI) tenha previsto, há quase trinta anos, a participação na gestão da empresa, sem que se tenha implementado tal direito até hoje.

Assim, dado que o trabalhador é um cidadão, seus direitos como tal, não podem ser diminuídos, só porque ele agregou, à sua condição de cidadão, a necessidade de trabalhar, empregando sua força de trabalho para alguém.

O mundo do trabalho atual impede que: no plano material, o trabalhador desenvolva sua consciência como um ser humano digno, porque o impossibilita de ter um padrão de vida material mínimo para suprir as suas necessidades de vida livre e tranquila, bem como as de sua família.

No plano espiritual, impede que mantenha a crença de que a libertação de sua condição, possa vir por meio do trabalho.

No plano emocional, impede que possa ter no trabalho sua fonte de satisfação, o que prejudica suas relações familiares, situação ainda agravada pela subjugação, que, não raro, infelizmente, sofre dentro do ambiente de trabalho, pelo assédio moral e sexual.

Por fim, no plano mental subjugando-o à condição de alienado crônico, transformando-o em uma coisa, nessa eterna condição.⁶

Por tudo isso, se faz necessária uma reflexão a respeito do trabalhado assalariado e dos rumos que podemos lhe dar, com o objetivo de melhorar a vida desse cidadão, que vende sua força de trabalho para sobreviver e que precisa alcançar um outro nível, agora para viver e se realizar com o trabalho.

⁵Art. 387 da CLT, revogado em 1989 pela Medida Provisória nº 89, de 22 de setembro de 1989 que foi posteriormente convertida na Lei nº 7.855, de 1989. Para ver mais a respeito: CALIL, Léa Elisa Silingowschi. **Direito do trabalho da mulher: a questão da igualdade jurídica ante a desigualdade fática**. São Paulo: LTr, 2007.

⁶ MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes de et al . Saúde mental, trabalho e aposentadoria: focalizando a alienação mental. **Rev. bras. enferm.**, Brasília , v. 62, n. 5, p. 711-716, Oct. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672009000500010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 fev. 2016.

FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE

O que é o Direito do Trabalho do mundo de hoje?

O que ele poderá alcançar e o que é preciso fazer para alcançarmos um mundo melhor no trabalho assalariado?

Se no passado o estado nazista foi legal e a barbárie foi seguir a lei, sem atentar para o próprio núcleo do ser humano, hoje, proporcionalmente, a questão se coloca da mesma maneira.

É necessária uma nova abordagem da consciência no Direito do Trabalho.

É necessário refletir como a consciência ética pode ajudar a implementar mudanças na vida do trabalhador enquanto empregado e enquanto cidadão.

No primeiro capítulo é feita uma reflexão acerca do trabalho assalariado e como ele se encontra regulamentado em um mundo globalizado. Procura-se ressaltar a importância do trabalho e da dignidade do ser humano, ponto de partida para desenvolver a consciência ética. Busca-se destacar o trabalho escravo e a exploração do trabalhador, ainda existentes nos dias atuais, para mostrar a necessidade de que a consciência ética deve ser uma constante na sociedade, para que não se retroceda.

No segundo capítulo é analisada a evolução dos Direitos Humanos e a possibilidade da consciência ética compor esses direitos.

No terceiro capítulo são identificados os aspectos da consciência e a importância que assume a consciência ética no Direito do trabalho e seus reflexos na construção de um mundo melhor do trabalho. Visa-se responder se o Direito do Trabalho está implementando a melhoria da consciência ética dos trabalhadores ou é apenas um sistema de trocas, em que se vende a força e que anestesia o indivíduo.

Este trabalho apresenta, portanto, uma matriz transdisciplinar, um estudo do ponto de vista de múltiplas disciplinas, com claro intuito de promover e explorar o enriquecimento do conhecimento interior ao invés de um conhecimento meramente acumulativo.⁷

A crise de consciência ética em que se vive tem a sua importância, para se repensar o Direito do Trabalho.

⁷ NICOLESCU, Basarab. Um novo tipo de conhecimento – transdisciplinaridade. In: UNESCO, **Educação e Transdisciplinaridade**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127511por.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

Pontua-se sua importância, já que o homem transforma e cria o mundo com o trabalho.

MÉTODO

Recorre-se a diversos métodos de análise: método dedutivo – buscam-se as explicações de fatos particulares por meio de conceitos gerais –; método indutivo – parte-se de fatos conhecidos para chegar a conclusões gerais –; e método analítico-sintético – análise de textos jurídicos e documentos, a fim de retirar deles conclusões.

Utilizam-se como métodos de procedimento a zetética e a dogmática jurídica com vistas ao exame dos assuntos.

Por fim, quanto às técnicas de pesquisa, são adotadas tanto a consulta de fontes primárias – legislação, jurisprudência, etc. – quanto a consulta a fontes secundárias, ou seja, a pesquisa bibliográfica.

CONCLUSÕES

O que se buscou fazer é uma análise e uma reflexão sobre o Direito do Trabalho para além das suas fronteiras.

Discutir os limites do Direito do Trabalho para verificar se são ou não suficientes para uma sociedade livre, justa e solidária onde a dignidade do ser humano prevaleça acima de tudo e onde novos valores intrinsecamente ligados a essa dignidade sejam permanentes e frutifiquem.

Por causa do seu trabalho, um dia, talvez, o homem poderá dizer que a sociedade se tornou mais livre e digna. Muito ainda há de ser feito, porque o ser humano tem um campo infinito de desenvolvimento.

É necessário que o empregado tenha assegurado o direito de refletir sobre sua condição, o que deve ser estendido a todos os cidadãos, já que a falta de consciência ética perpetua os problemas existentes na sociedade sem que as partes envolvidas tenham sequer possibilidade de atuação. Não é só o empregado que se encontra alienado, mas todo cidadão que não reflete sobre sua condição.

A fragmentação da realidade é um obstáculo para que se compreenda a necessária integração que o homem deve fazer, para poder atuar com consciência ética. Todos os planos de existência, quer seja o material, o emocional, o mental ou o espiritual se realizam no homem e não podem ser divididos, porque não se pode fragmentar o ser humano a um aspecto específico, ainda mais porque o mundo do trabalho atinge todos esses planos do trabalhador e do cidadão.

Discutir o trabalho e o Direito do Trabalho dentro dos seus próprios limites não traz uma nova visão de mundo. A realidade, em todos seus aspectos, modificou-se, pois o homem cresceu em consciência em todos os planos e a forma que o continha já se tornou pequena.

Como diz Platão: “faculdade de pensar é, ao que parece, de um carácter mais divino, do que tudo o mais; nunca perde a força [...]”⁴⁰¹. Deve-se, portanto, incansavelmente discutir toda a realidade do mundo, para que se possa evoluir, ainda que se tome um caminho errado, ele sempre servirá de aviso, para que outros não o tomem ou ele não se repita. Sempre haverá, no entanto, uma descoberta a fazer.

Todo trabalho é feito em sociedade e é primordialmente coletivo, mas o trabalho

⁴⁰¹PLATÃO. **A república**. 9ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009, p. 321.

como se realiza atualmente está invertendo essa direção. Ele está se afastando desse olhar coletivo e está fragmentando a sociedade e o trabalhador.

O Direito do Trabalho não está atingindo os objetivos de melhorar a vida do cidadão, nem possibilitando que ele reflita sobre sua condição. Ele se encontra anestesiado pensando que alguém poderá resolver seus problemas, o que não é verdade.

O homem não tem mais os lastros antigos, não se discutem mais ideologias, pois elas se mostraram muito parecidas, na medida em que não resolveram os problemas do homem em relação aos seus anseios de uma vida digna e de atingir a sua felicidade.

Talvez, por medo inconsciente, alguns não desejam que os outros tenham os mesmos direitos, porque se veriam em uma situação em que eles mesmos não teriam os direitos que têm hoje. Isso não é verdade, contudo.

Um mundo de mestre e servo, chefe e chefiado, não é um mundo no qual os princípios da justiça tenham recebido sua exemplificação mais adequada. Todos os indivíduos, ainda que sejam tratados de forma diferente, devem ter o mesmo valor como seres humanos, devem ser tratados com igual respeito.⁴⁰²

Pode-se comparar isso a uma viagem de avião, que atrai, como primeiro pensamento a possibilidade de cair, mas na realidade é mais fácil, em termos, um ser humano ser atingido por um raio do que sofrer um acidente aéreo.

Quando o Direito do Trabalho nasceu para proteger o empregado, cumpriu seu papel premente, visto que os empregados estavam sendo massacrados. Naquele tempo, o que foi possível fazer foi separar o capital do trabalho, dando o poder de direção ao capital, representado na figura do empregador, enquanto, do outro lado, o empregado ficou apenas com a sua força de trabalho, dizendo a este que, se acontece alguma coisa, o Direito do Trabalho viria em seu auxílio. De fato, o Direito do Trabalho tentou proteger o empregado todo esse tempo do poder e do capital do empregador.

Agora é necessário mudar, não é preciso tirar o capital, nem ao mesmo tirar o poder, porque, por exemplo, desde a crise do petróleo provocada pelos países produtores de petróleo até a invasão do Iraque, foram menos de duas décadas. Esse imenso complexo industrial militar que funciona no âmbito mundial dificilmente será vencido pela força.

Tirar a propriedade do capitalista ou dificultar o seu acesso ao seu capital leva, quase sempre, a decisões extremadas, à guerra. O que vale para o macro, também vale para o micro.

⁴⁰² NIELSEN, Kai. **Ethics Without God**. Estados Unidos: Prometheus Books, 1989, p.202.

A sociedade de consumo foi criada para apaziguar e substituir as ambições de poder permanentemente frustradas, única recompensa pela opressão no trabalho e a única saída para a liberdade e a autonomia tiradas do trabalho.⁴⁰³

É preciso, contudo, dar mais força ao empregado, fazendo com ele reflita sobre a sua condição, é preciso estimular sua consciência ética.

É inegável que a consciência ética, por representar uma mudança, pode enfrentar dificuldades em ser implementada, pelas mudanças que irá ocasionar, mas é necessário fazer a mudança, porque não se pode esperar que isso aconteça quando chegarmos ao fundo do poço, quando não for mais possível fazer qualquer mudança.

Nas palavras de Stefano Rodotà:

Há direitos que vagam sem-terra por um mundo global em busca de um constitucionalismo, também global, que lhes ofereçam âncoras e garantias. Órfãos de um território em que se enraizassem e de uma soberania nacional em que confiar a sua tutela, vão por um mundo sem fronteiras em que operam alguns poderes aparentemente incontroláveis.⁴⁰⁴

O ideal não é luta de classes. O melhor é a cooperação entre capital e trabalho.⁴⁰⁵

Acredita-se que não há tempo certo para que a consciência ética apareça, porque é inevitável que ela cresça e evolua em cada indivíduo e na sociedade. É tal qual uma luz, que, por maior que seja a escuridão, irá se sobressair.

No capitalismo, o homem se sente feliz quando adquire alguma coisa. E isso lhe foi proporcionado ao infinito pelo capitalismo.

Só ainda não possível ao indivíduo adquirir a felicidade, porque não se pode ser feliz, vendo o outro sofrer, anestesiando sua consciência ética. De fato, é direito do ser humano adquirir a felicidade e viver a harmonia na sociedade, de olhar para o outro e se ver igual.

A concentração de renda no capitalismo é grande, melhor seria concentrar a

⁴⁰³ BAUMAN, Zygmunt. **A liberdade**. Lisboa: Estampa, 1989, p. 115.

⁴⁰⁴ RODOTÀ, Stefano. **El derecho a tener derechos**. Madri: Editorial Trotta, 2014, p. 11. Tradução livre do autor, do original: “Hay derechos que vagan sin tierra por un mundo global en busca de un constitucionalismo, también global, que les ofrezca anclaje y garantías. Huérfanos de un territorio en el que echar raíces y de una soberanía nacional a la que confiar su tutela, van por un mundo sin confines en el que actúan unos poderes al parecer incontrolables”.

⁴⁰⁵ MARTINS, Sergio Pinto. **Pluralismo do Direito do Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 172. Nesse sentido, na mesma obra na p. 174: “O pluralismo do Direito do Trabalho deve ser de fins e de meios, sem concepções preconcebidas, fechadas, mas de diálogo entre os interlocutores sociais”.

felicidade, porque os indivíduos estão todos interligados.

O *dumping* social acontece no mundo. Há notícias de trabalho escravo e infantil. A China desempenha um papel importante nesse aspecto, porque submete a própria população a condições de trabalho que estão longe de ser as ideais, não se sabe por quanto tempo ainda. Isso deve parar imediatamente, não se pode tolerar qualquer desrespeito à dignidade do ser humano, porque ele atinge a nossa própria. Não existem duas humanidades, nem dois planetas Terra, somos uma única humanidade no Universo inteiro e ao menos dentro dela devemos atuar com consciência ética.

A estratégia é sempre a mesma, comparam-se os custos do trabalho para compor o preço do produto ou serviço, buscando o país que tenha o preço mais baixo, normalmente aquele Estado que dá uma frágil proteção ao trabalhador. A China é acusada de praticar corriqueiramente o *dumping* social, já que os produtos são vendidos a preços irrisórios, em parte pela remuneração irrisória dos trabalhadores, se é que são remunerados⁴⁰⁶. Impende mudar esse quadro para um novo patamar.

Como seria possível imaginar um mundo melhor, enquanto ainda se encontra, na política de alguns países a vontade de explorar a sua própria força de trabalho, bem como a de outros países? Por isso, é necessário mudar esse quadro.

A Organização Internacional do Trabalho desempenha um papel importante por meio das Convenções e Recomendações votadas na Conferência Internacional do Trabalho, que precisam ser ratificadas pelos estados membros. Deveria haver sanções internacionais bem claras e aplicáveis por uma Corte Internacional do Trabalho, baseada nos Direitos Humanos e, inicialmente, aplicáveis a todos os membros da Organização Internacional do Trabalho para toda e qualquer infração decorrente de *dumping* social.

As organizações de empregadores e de trabalhadores podem instaurar processos contenciosos, sob o fundamento de que o país não aplica uma convenção por este ratificada. E esta, sendo admitida pelo Conselho da Administração da Organização Internacional do Trabalho, nomeará um comitê tripartite para examinar. Isso, igualmente, pode ser feito pelos países em relação aos países que não cumpriram a legislação. E, sendo assim, são formuladas recomendações sobre as medidas a adotar. Se, ainda assim, os governos não as aceitarem, podem submeter o caso à Corte Internacional de Justiça.⁴⁰⁷

⁴⁰⁶DONATO, Roberta Mourão. A Movimentação Internacional e a Proteção de Trabalhadores. In: SOARES, Flávia Salum Carneiro; VIEIRA, Vânia Ereni Lima. **Temas atuais em direito do trabalho e previdenciário**. São Paulo: Ltr, 2016, p. 33-38.

⁴⁰⁷ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - Lisboa. **Normas Internacionais do Trabalho**. Disponível em:

Note-se que de acordo com o artigo 26, “1”, do Estatuto da Corte Internacional de Justiça:

A Corte poderá periodicamente formar uma ou mais câmaras, compostas por três ou mais juízes, conforme o mesmo determinar, a fim de tratar de questões de carácter especial, como, por exemplo, questões de trabalho e assuntos referentes a trânsito e comunicações. 2. O Tribunal poderá, em qualquer momento, formar uma câmara para tratar de uma determinada causa. O número de juízes que constituirão essa câmara será determinado pelo Tribunal, com a aprovação das partes. 3. As causas serão apreciadas e resolvidas pelas câmaras a que se refere o presente artigo, se as partes assim o solicitarem

A possibilidade de questões relativas a trabalho serem julgados pela Corte existe, mas não de forma permanente, mas deveria ser permanente.

Deve-se lembrar que na China⁴⁰⁸ estima-se existirem, atualmente, mais de três milhões de indivíduos em situação análoga à escravidão, o que por si só indicaria a necessidade de uma Corte Internacional do Trabalho. No mundo todo esse número é estimado em 21 milhões.

De qualquer maneira, esse desrespeito não pode continuar da maneira que está acontecendo, pois no futuro ter-se-á provavelmente os miseráveis de um lado e os menos miseráveis do outro. Porque, no final das contas, todo o mundo perde. Os trabalhadores perdem seus empregos, nos países de origem, para aqueles que oferecem mão de obra mais barata e os trabalhadores dos países que oferecem mão de obra mais barata são explorados. É um círculo perverso. É como a *guerra fiscal* em que o estados e municípios querem cobrar menos impostos do que o outro, para direcionar os recursos, em afronta à lei e à constituição.⁴⁰⁹

A situação que se coloca é que, se um Estado, como o chinês,⁴¹⁰ pode fazer o que bem quiser dentro do seu território e, dentro de certos contextos e de certos contornos,

<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_visita_guiada_03b_pt.htm>. Acesso em: 31 jul. 2016.

⁴⁰⁸ MINDEROO FOUNDATION, The. **Globalslavery**. Disponível em: <<http://www.globalslaveryindex.org/country/china/>>. Acesso em: 18 set. 2016.

⁴⁰⁹ Há, inclusive, proposta de votação no Supremo Tribunal Federal da Súmula Vinculante nº 69, que traz o seguinte teor: “Qualquer isenção, incentivo, redução de alíquota ou de base de cálculo, crédito presumido, dispensa de pagamento ou outro benefício fiscal relativo ao ICMS, concedido sem prévia aprovação em convênio celebrado no âmbito do Confaz, é inconstitucional”.

⁴¹⁰ Tradução livre do autor: “A disparidade de oportunidades de trabalho entre as populações rurais e urbanas cria uma população migrante extremamente elevada na China (estimada em 253 milhões), [1] gerando

usufruir da mão de obra barata da sua própria população – pelo princípio de autodeterminação dos povos, de independência e de autonomia – qual será, a longo prazo, o efeito disso na própria humanidade? O efeito não é nada bom. Transmite-se um exemplo negativo a ser seguido por outros.

É bem verdade que as autoridades chinesas estão combatendo as práticas de exploração do trabalho⁴¹¹.

O que resultaria desse trabalho feito em regime de exploração e de quase escravidão em relação aos outros países? Será que isso não é na realidade, o grande foco a ser combatido, já que não permite o desenvolvimento da consciência ética do indivíduo? Acredita-se que se deve combater esse modelo de exploração, dotando os indivíduos de consciência ética.

De qualquer forma, os mecanismos existentes são insuficientes para coibir as práticas em todos os países que atentem contra o desenvolvimento da consciência ética dos indivíduos e não se pode esperar que a boa vontade dos povos acabe por transformar o mundo. Isso já não é mais possível.

Deve-se rever essa forma de pensar, atuando de forma conjunta para coibir esses abusos. Isso, entretanto, não pode ser feito pela força, pela violência. O que se deve fazer é

oportunidades para o tráfico de seres humanos. Cerca de 58 milhões de ‘crianças deixadas para trás’ devem viver efetivamente desamparadas - por ano, quando seus pais migram para cidades em busca de trabalho. [2] O governo estima que 10.000 crianças são traficadas a cada ano para mendigarem forçadamente, adoção ilegal e escravidão sexual. [3] Outras estimativas colocam o número tão alto quanto 70.000 [4]”. The disparity in work opportunities between the rural and urban populations creates an extremely high migrant population in China (estimated 253 million),[1] generating opportunities for human trafficking. Some 58 million ‘left behind children’ must live effectively uncared-for each year as their parents migrate to cities in search of work.[2] The government estimates that 10,000 children are trafficked each year for forced begging, illegal adoption and sex slavery.[3] Other estimates place the number as high as 70,000.[4]. MINDEROO FOUNDATION, The. **The global slavery index**. Disponível em: <<http://www.globallslaveryindex.org/country/china/>>. Acesso em: 18 set. 2016.

⁴¹¹ Tradução livre do autor: “O governo demonstrou o seu empenho em abordar a questão do tráfico de seres humanos e emitiu o Plano de Ação Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos (plano de ação) para 2013-2020. Na sequência de um aumento da sensibilização do público, o Congresso Nacional Popular alterou a Lei do Trabalho para tornar as sanções mais duras para as empresas que não pagam aos seus empregados o salário contratado. [38] Assim, o trabalho forçado é ilegal segundo a lei chinesa e as empresas não registradas, bem como as registradas, podem agora ser punidas. [39] Além disso, o plano de ação do governo atribui papéis a vários ramos do governo e identifica áreas particulares de necessidade, como jovens sem teto, pessoas com deficiência e mulheres. [40] Embora a divisão de papéis possa ser necessária, ela mina a capacidade do governo para cooperar e unir seus esforços. [41]. Original The government has demonstrated its commitment to tackling the issue of human trafficking and has issued the National Action Plan to Combat Human Trafficking (action plan) for 2013-2020. Following an increase in public awareness, the National People’s Congress amended the Labour Law to make the penalties tougher for firms who fail to pay their employees the contracted wage.[38] Thus, forced labour is illegal under Chinese law and unregistered businesses, as well as registered ones, can now be punished.[39] Additionally, the government’s action plan assigns roles to various government branches and identifies particular areas of need, such as homeless youth, disabled people and women.[40] While the division of roles may be necessary, it undermines the government’s ability to cooperate and unite their efforts [41]. MINDEROO FOUNDATION, The. **Globalslavery**. Disponível em: <<http://www.globallslaveryindex.org/country/china/>>. Acesso em: 18 set. 2016.

tentar restabelecer um critério em que o indivíduo, como detentor de todo direito, possa se desvencilhar dessas situações. É ele que no final das contas sofre com essa situação, é ele quem deve evoluir.

Ao lado disso deve-se ter em mente que, sempre que um indivíduo perde, todos perdem, porque não é possível, em um planeta limitado, explorar alguns em detrimento de outros e achar que todos saem ganhando. Não, isso não pode acontecer. Espera-se que um dia todas essas atitudes sejam modificadas para que o homem possa realmente usufruir o bem-estar de vida dentro da civilização.

Nos momentos de crise todos se obrigam a rever completamente a realidade. Os gastos devem ser repensados, com as reservas que se tem, para saber como e onde gastar os recursos com mais inteligência, com mais eficiência. Agora, portanto, é o momento de rever os recursos legais e as possibilidades futuras. Pode-se abrir espaço para novas formas de contratação, que não sejam tão amarradas ao modelo antigo e ultrapassado pelas novas realidades ou se pode ir além, muito além.

Por que não dar os mesmos direitos a patrões e empregados? Por que não os colocar em pé de igualdade, para que se possa construir uma realidade futura maior que a atual, em que atualmente alguns ganham e outros tantos perdem. Sentimento igual não aconteceu quando se propôs o fim da escravidão? Não se pode pensar que a humanidade seja estática e continue a mesma por longos milênios. Tudo evolui e a única constante real é a mudança. Deve-se pensar se não é o caso de agora em diante abrir-se o espaço para novas formas de contratação, que permitam a participação do indivíduo na empresa, em pé de igualdade com o empregador.

Tudo, absolutamente tudo que já foi criado até hoje no Direito do Trabalho, todas as teses, as que venceram ou acabaram perdendo, tiveram uma função.

É a humanidade construindo um caminho para que se possa alcançar um horizonte mais largo, mais à frente, com mais liberdade.

Não se pode avançar aos saltos. É impossível, por exemplo, tomar um empregado de 1940 e querer transformar em um empregado dos dias atuais. Assim, seguindo esse exemplo, seria impossível tomar um escravo de 1888 e no dia seguinte à libertação dos escravos no Brasil marcar uma reunião para discutir o assédio organizacional da empresa, feito pelo senhor de engenho e o capitão do mato. Isso seria um absurdo.

Não é possível dar esse salto, porque, para construir isso, são necessárias grandes mudanças na sociedade. É preciso uma nova cultura, leis novas e uma nova Justiça.

O que se pode fazer, sabendo que esse salto inevitavelmente vai acontecer de uma maneira ou outra, é colocar todo o foco no ser humano, para que ele possa desenvolver-se e a partir dele mesmo tudo se modifique.

Não é necessário criar estruturas alternativas falsas e depois tentar colocar o ser humano dentro delas. Seria a mesma coisa que querer construir uma nova realidade, querendo mudar tudo, sem colocar o ser humano no foco principal.

Para que se possa envolver verdadeiramente a sociedade, deve-se focar mais no ser humano. É ele que deve ser desenvolvido em todos os seus planos, para que a partir daí se possa encontrar realmente aquilo que precisa mudar. Não adianta criar leis novas, estruturas novas, fontes alternativas de solução dos conflitos quando a estrutura não passa pelo ser humano.

As tentativas, no entanto, são sempre válidas, a partir delas se consegue um futuro novo, mas, pode-se ir mais rápido, é possível ir em frente sem despendar, pode-se crescer sem causar tanto impacto naqueles menos favorecidos. É possível ir direto ao ponto.

Foram os seres humanos que causaram os problemas, são eles que irão resolvê-los. Não foi ninguém que impôs essas condições.

A partir daí o ser humano poderá crescer infinitamente em todas as direções, como é do seu feitio fazer.

Não pode o ser humano ficar embotado em conceitos e opiniões que já não fazem parte da realidade. Reitera-se que todo caminho percorrido foi importante. Tudo aquilo que foi vivido pelo Direito do Trabalho até hoje, desde a escravidão, tem o seu significado, tem o seu motivo. Foi a partir desses tristes eventos que se pode mudar a realidade.

Então, não se pode descartar nenhuma mudança, seja ela boa ou não, segundo os olhos de alguns. Nem o capitalismo, nem o socialismo realmente deram errado. Na realidade o grande trabalho que eles fizeram foi mostrar esses dois caminhos. Pode ser que, no futuro, não se escolha nem um, nem outro. Pode ser que se decida por um terceiro, ainda, pior que o primeiro e muito pior que o segundo, mas mesmo assim é essa a noção que se deve ter, o ser humano está sempre tentando melhorar, sempre tentando encontrar um caminho, devendo refletir sobre isso, com consciência ética.

O ser humano nunca desiste, nem vai parar de tentar. O ser humano cresce se desenvolve e encontra na realidade a sua grande felicidade. Ele tenta a transformação em algo que lhe parece sempre melhor, experimenta para ser mais feliz na sociedade, para construção de um mundo melhor. Não se sabe quando isso vai terminar, não se tem ideia do futuro, mas com certeza o ser humano não será mais o mesmo.

Deve-se sempre lembrar que mesmo a mais alta montanha tem o infinito acima dela. Somos uma partícula, mas de infinito potencial de crescimento, dentro de um Universo que nem se pode medir, no entanto, a valorização que se deve dar à vida é imensa, porque ela só acontece aqui, até onde se sabe, não se pode desperdiçar nenhuma vida, sob nenhum aspecto e tudo que se constrói deve ser voltado para dignificar o ser humano ainda mais.

Talvez a humanidade ainda não esteja preparada para dar esse salto, para colocar as pessoas em pé de igualdade, sejam elas patrões e empregados. Talvez isso seja demais pedir agora, não porque seja impossível tecnicamente, filosoficamente, materialmente, espiritualmente e emocionalmente. É porque é difícil ao ser humano largar suas tradições, ainda que as tradições, às vezes, não sejam tão boas. Tudo isso que se disse pode ser apenas um *insight*, apenas uma tese a respeito de um mundo novo. Pode ser que isso represente apenas uma tentativa, ainda que utópica, de mostrar um novo céu, para que a humanidade possa se beneficiar de novas estrelas. Está longe o dia em que isso aconteça; isso, opina-se, ainda é realmente muito distante, mas fica a ideia de que é possível mudar toda a realidade. Não é necessário que o indivíduo sofra, sem que possa fazer alguma coisa para mudar. Todos são agentes da mudança e todos podem juntos fazer o melhor.

Para dar esse salto, é preciso um pé de apoio. Entende-se que esse salto seria possível se fossem centrados todos os esforços para fortalecer o ser humano. É a partir dele que tudo se torna possível. Ter-se-ia que avançar em várias áreas do conhecimento e seriam necessárias novas instituições que tratassem as questões de forma conjunta, seriam necessários novos pontos de apoio na sociedade mundial. Seria necessária uma consciência ética individual e uma nova egrégora.

Não se deve acreditar na impossibilidade, não se deve acreditar que seja impossível. Deve-se acreditar que o indivíduo é detentor de todas as potencialidades e ele pode fazer a diferença e pode modificar a realidade.

Nesse sentido a lição de Amauri Mascaro Nascimento: “A manifestação da consciência individual como modo de afirmação do homem é indispensável para a manutenção do equilíbrio entre o homem e o poder, entre autoridade e liberdade”.⁴¹²

Poucos são os exploradores do trabalho humano no mundo, muitos são os explorados, em comparação. Se o ser humano unir suas forças para melhorar as condições de trabalho, ter-se-á, certamente, apoio dessa maioria. Não é porque alguns decidiram

⁴¹² NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **A objeção de consciência a luz da política, do direito e da moral**. 1970. 93 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Direito do Trabalho, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970, p. 93.

explorar o indivíduo que se deve seguir fazendo isso. Não se pode caminhar ao lado da ignorância e do que não é bom, sob o argumento de que isso irá beneficiar. Ninguém se beneficia quando se age assim. Talvez seja necessário mudar algumas coisas no mundo, mas a maioria será beneficiada. Não se trata de tirar a propriedade privada e nem de implantar um comunismo. Não é nada disso. É antes implementar a dignidade do ser humano em todos os planos, e permitir que a consciência ética se desenvolva.

É certo que alguns vão se levantar reclamando porque, de uma maneira de outra, acabam perdendo alguma coisa. A maioria, contudo, será beneficiada, ainda que o conceito de maioria não seja um conceito, por si só suficiente, há uma melhoria nas condições de vida da população.

Isso pode ser visto de diversas formas. Pode ser visto a partir de uma ótica comunista ou uma ótica apenas da igualdade e da Justiça. Prefere-se ver essa situação sob a ótica da igualdade e da justiça. Não que o comunismo e o capitalismo não tenham em algum ponto de contato com a realidade, algo que possa, de alguma maneira, ser útil, mas é que, ao se estabelecer critérios mais profundos, beneficiando o ser humano, muita coisa terá que mudar. Não seria uma mudança tão grande como ocorreu da escravidão para o trabalho assalariado, mas seria uma mudança importante, talvez com maior impacto.

Deve nascer uma nova visão de mundo, que não coloque o ser humano no centro do mundo, nem o coloque como superior ao próprio Universo; ele é parte do Todo. Ele compõe o Todo e vive em harmonia com ele. Ele não está separado do mundo.⁴¹³

Será que o desenvolvimento da consciência ética que se propõe, de uma visão não fragmentada e de maior integralidade, de se poder usar o trabalho tão somente para aspectos positivos, desenvolvendo o indivíduo, desenvolvendo a própria humanidade, será que isso é uma tarefa tão difícil, e por causa disso até hoje não se conseguiu implementá-la? Crê-se que não. Todos os problemas que o homem causou podem ser por eles resolvidos, assim, se o ser humano tiver consciência ética, ele poderá encontrar uma saída.

Será que realmente deve haver diferença entre as pessoas em seus direitos? Entende-se que não deve haver, para que a humanidade avance em conjunto e não deixe ninguém para trás jamais, porque não é preciso e sequer é necessário.

⁴¹³ Nesse sentido interessante notar que o Papa Francisco criou em 31 de agosto de 2016 o novo organismo para o “Serviço do Desenvolvimento Humano Integral”, “Humanam progressionem su istituzione”. REUTERS. **Papa cria novo Organismo para o Desenvolvimento Humano Integral**. Disponível em: <http://br.radiovaticana.va/news/2016/08/31/papa_cria_novo_organismo_para_o_desenvolvimento_humano_integ/1254718>. Acesso em: 12 out. 2016.

Será que existe a necessidade de que empregadores e empregados permaneçam em lados opostos, lutando por uma causa que não tem fim? Para responder a isso, é necessário olhar a evolução da sociedade. Com o passar dos anos, durante toda a História da humanidade, mais especificamente do trabalho humano, verifica-se que aos poucos ele evolui da escravidão, passando pelo trabalho do servo da gleba, das corporações de ofício até o trabalho assalariado, em uma crescente e tênue valorização do trabalhador. Assim, seguindo essa evolução pode-se vislumbrar um futuro em que se valorize ainda mais o ser humano que trabalha. Com a consciência ética certamente essa evolução se aceleraria, porque o ser humano poderia entender a solidariedade, a cooperação, a fraternidade como valores mais importantes.

Será mesmo que a sociedade tem que evoluir assim, a passos lentos, olhando sempre para o poder e para o trabalho, como um problema a ser resolvido posteriormente? Acredita-se que não. As mudanças já estão na posse dos indivíduos e que todos aqueles que desejarem poderiam implantar um novo conceito e uma nova realidade. Isso, contudo, parece tão distante em relação à vida atual, que se tem a impressão de que é uma Utopia, quando na realidade não é. Na realidade é apenas o começo de uma nova realidade, em que a consciência ética possa se desenvolver plenamente.

FOLHA EM BRANCO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKABAS, Sheila H. e KURZMAN, Paul A. **Work and the workplace – a resource for innovative policy and practice**. New York: Columbia University Press, 2005.

ALBORNOZ, Susana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ALMEIDA, Renato Rua de. A pequena empresa e a teoria da flexibilização diferenciada. In: **Revista do Advogado**, AASP, São Paulo, v. 23, n. 70, p. 72–74, jul., 2003.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. **Direitos Humanos**. São Paulo: LTr, 2016.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Brasília: Ibri, 2001.

ANDRADE, Rodrigo Ronelli Duarte; NASCIMENTO, Robson de Sousa; GERMANO, Marcelo Gomes. Influências da Física moderna na obra de Salvador Dalí. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**. Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 400-423, set. 2008. ISSN 2175-7941. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/6243>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

ANDRADE, Tatiana Guimarães Ferraz. **As novas faces da subordinação e os impactos para o direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2014.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993.

ARÊDES, José de Almeida Pereira. Ética e consciência. **Philosophica**, Lisboa: Philosophica, v. 25, abr. 2005, p. 7-29. Disponível em: <<http://www.centrodefilosofia.com/uploads/pdfs/philosophica/25/2.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

ARENDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia. Bolso, 2012.

ASSIS, Olney Queiroz; KUMPEL, Vitor Frederico. **Manual de antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARACAT, Eduardo Milléo. **Salário "por fora" e crime de contra a ordem tributária.** Disponível em: <http://www.enamat.gov.br/wp-content/uploads/2013/02/TD10_EduardoMilleoBaracat_9_SALARIOPORFORAECRIMECONTRAARDEMTRIBUTARIA.pdf>. Acesso em: 23 set. 2016.

BARROSO, Luís Roberto. **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação.** Versão provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **A liberdade.** Lisboa: Estampa, 1989.

_____. Zygmunt. **Ética pós-moderna.** São Paulo: Paulus, 1997.

_____. Zygmunt. **Modernidade Líquida.** (Trad. Plínio Dentzien). Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BBC BRASIL. **'Morrer de tanto trabalhar' gera debate e onda de indenizações no Japão.** Disponível em <<https://noticias.terra.com.br/mundo/asia/morrer-de-tanto-trabalhar-gera-debate-e-onda-de-indenizacoes-no-japao,33fd7acddd1685ebe71b48eb14c0f3ab80pito4e.html>>. Acesso em: 01 out. 2016.

BELMONTE, Alexandre Agra. **A tutela das liberdades nas relações de trabalho: limites e reparação das ofensas às liberdades de consciência, crença, comunicação, manifestação do pensamento, expressão, locomoção, circulação, informação, sindical e sexual do trabalhador.** São Paulo: LTr, 2013.

BENNER, Katie. **Fact-Checking Apple's Claims on E.U. Tax Ruling.** Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2016/08/31/technology/tax-experts-check-out-arguments-from-apple-over-ruling.html>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BENTLEY, Layton. **As escrituras gnósticas.** São Paulo: Loyola, 2002.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2013, Gênesis 2,7.

BOBBIO, Norberto, BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna.** (Trad. Carlos Nelson Coutinho) 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOHM, David. **A Totalidade e a ordem implicada.** São Paulo: Cultrix, 2008.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 15ª ed., São Paulo: Malheiros, 2000.

BORGES, Jorge Luis. **El Aleph**. 37ª ed., Buenos Aires: Emecé, 1982.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. (Trad. Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Direitos humanos**. São Paulo: LTr, 2015.

_____. José Cláudio Monteiro de. **Trabalho decente: análise jurídica da exploração do trabalho: trabalho escravo e outras formas de trabalho indigno**. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2016.

BROWNE, Janet. **A origem das espécies de Darwin – uma biografia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BULGUERONI, Renata Orsi **Trabalho autônomo dependente: experiências italiana e espanhola e a realidade brasileira**. In MANNRICH, Nélon. **Temas contemporâneos de direito do trabalho**, Reinaldo de Francisco Fernandes (coord.). São Paulo: LTr, 2016.

CAIXETA, Sebastião Vieira. Ação civil pública em face da união projeto mais médicos. In: **Revista do Ministério Público do Trabalho**. Ano 1, n. 1, mar. 1991, Brasília: Procuradoria-Geral do Trabalho.

CALAMANDREI, Pietro. **Eles, os juízes, vistos por nós, os advogados**. São Paulo: Pillares, 2013.

CALIL, Léa Elisa Silingowski. **Direito do trabalho da mulher: a questão da igualdade jurídica ante a desigualdade fática**. São Paulo: LTr, 2007.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. (Trad. Carlos Felipe Moisés). São Paulo: Palas Athena, 1990.

CAMPOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 48, p.11-32, jun. 1997. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF>. Acesso em: 10 jul. 2016.

CAPRA, Fritjof. **O Tao da física - Uma exploração dos paralelos entre a física moderna e o misticismo oriental**. 1ª ed., Lisboa: Presença, 1989.

CAPRA, Fritjof. **Pertencendo ao Universo**. 6ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, José Maurício de. **História da filosofia e tradições culturais: um diálogo com Joaquim de Carvalho**. Porto Alegre: EDIPURS, 2001.

CASTELLANI, Elena. **Interpreting Bodies: Classical and Quantum Objects in Modern Physics**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

CATHARINO, José Martins. Gestão da empresa, com a participação de seus empregados. **R. Inf. legisl. Brasília**. a. 21, n. 82 abr./jun. 1984. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181532/000407118.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**, 7ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.

CHEHAB, Gustavo Carvalho. Karoshi: a morte súbita pelo excesso de trabalho. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo: Lex Magister, v. 79, n. 3, p. 153–180, jul./set., 2013.

CHENU, Marie-Dominique. **O despertar da consciência na civilização medieval**. São Paulo: Loyola, 2006.

CLARO, Carlos Roberto. **Recuperação judicial: sustentabilidade e função social da empresa**. São Paulo: LTr, 2009.

CLAY MATHEMATICS INSTITUTE. Disponível em: <<http://www.claymath.org/millennium-problems/poincar%C3%A9-conjecture>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

COLLIN, Catherine *et al.* **O livro da psicologia**. São Paulo: Globo, 2012.

COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS. Disponível em: <<http://www.achpr.org/pt/instruments/achpr/>> Acesso em: 13 ago. 2016.

COMPARATO, Fabio Konder. **Ética, direito, moral e Religião no mundo moderno**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2016: ano-base 2015**, Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/politica->

nacional-de-priorizacao-do-1-grau-de-jurisdicao/dados-estatisticos-priorizacao>. Acesso em: 03 jun. 2016.

CONTRERAS, Sebastián. Derecho positivo y derecho natural: una reflexión desde el iusnaturalismo sobre la necesidad y naturaleza de la determinación. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 54, n. 127, p. 43-61, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2013000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 set. 2016.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Os direitos sociais enquanto direitos fundamentais. In: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 99, 2004, p. 303-325. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67627/70237>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. Crítica e utopia em Rousseau. **Lua Nova**, São Paulo, n. 38, p. 5-30, dez. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451996000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 jan. 2015.

DALAZEN, João Oreste. **Tudo mudou exceto a legislação trabalhista**. Disponível em <<http://www.sasp.org.br/convenios/294-qtudo-mudou-exceto-a-legislacao-trabalhistaq.html>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

DAMÁSIO, Antonio. **Consciência - Antonio Damásio e o Cérebro**. Entrevista 05.08.14. Disponível em: <<http://neurocurso.com/neuronews/noticia/958/consciencia-antonio-damasio-e-o-cerebro-entrevista>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. **E o cérebro criou o Homem**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

DAVID, Javier E.. **Tim Cook addresses Apple's US taxes, says no repatriation without 'fair rate'**. Disponível em: <<http://www.cnn.com/2016/08/14/tim-cook-addresses-apples-us-taxes-says-no-repatriation-without-fair-rate.html>> Acesso em: 01 set. 2016.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. (Trad. de Yadyr A. Figueiredo). Rio de Janeiro: José Olympio. 2001.

DELGADO, Mauricio Godinho. Direitos fundamentais na relação de trabalho e o novo expansionismo juslaboralista: o conceito de subordinação estrutural. In: FREDIANI, Yone; ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. (Org.). **Direitos fundamentais nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2015.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Meditações sobre Filosofia Primeira nas quais se demonstram a existência de Deus e a distinção da alma e do corpo**. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

DICIONÁRIO: **Novíssimo Aulete**. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/plano>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

DONATO, Roberta Mourão. A Movimentação Internacional e a Proteção de Trabalhadores. In: SOARES, Flávia Salum Carneiro; VIEIRA, Vânia Ereni Lima. **Temas atuais em direito do trabalho e previdenciário**. São Paulo: Ltr, 2016.

DRIVER, Stephanie Schwartz. **A Declaração de Independência dos Estados Unidos**. (Trad. Mariluce Pessoa). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EINSTEIN, Albert. **Como vejo o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ELIOT, T. S. **Collected poems 1909-1962 - Burnt Norton** - Nova Iorque: Harcourt, Brace & World Inc., 1997.

ELLENWOOD, Ray. **Egregore: A History of the Montréal Automatist Movement**. Toronto: Exile, 1992.

FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila. **Direito e Holismo – introdução a uma visão jurídica de integridade**. São Paulo: LTr, 2000.

FELICIANO, Guilherme Guimarães; BARACAT, Eduardo Milléo. **Direito Penal do Trabalho: reflexões atuais: Cabe a pena onde se ganha o pão?**. São Paulo: LTr, 2014.

FELIPE, Sônia T.. Natureza e moralidade, igualdade antropomórfica, antropocêntrica ou ética? **Philosophica** v. 25, abr. 2005, Lisboa: Philosophica, p. 43-75. Disponível em: <<http://www.centrodefilosofia.com/uploads/pdfs/philosophica/25/4.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

FERRARI, Irany; NASCIMENTO, Amauri Mascaro; MARTINS FILHO, Ives Gandra. **História do trabalho, do direito do trabalho e da Justiça do Trabalho**. 3ª ed., São Paulo: LTr, 2011.

FERRAZ, Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito - Técnica, Decisão, Dominação**. São Paulo: Atlas, 2003.

FIGUEIREDO, Candido. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica, 1913.

FINNIS, John. **Natural Law and natural rights**. 2ª ed., Reino Unido: Oxford University Press, 2011.

FLOYD, Nicholas. **You Can't Spell Tokyo Without K.O.: A photo-essay dissecting the Japanese epidemic of passing out in public**. Disponível em: <<https://www.amazon.com/You-Cant-Spell-Tokyo-Without/dp/0996173242>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **Curso de direito do trabalho**. 2ª. ed. São Paulo: LTr, 2016.

FREDIANI, Yone. **Direito do trabalho**. Barueri, SP: Manole, 2011.

FREIRE JR., Olival; PATY, Michel and BARROS, Alberto Luiz da Rocha. **David Bohm, sua estada no Brasil e a teoria quântica**. 1994, vol.8, n.20, p. 53-82. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 set. 2014.

FROMM, Erich. **O dogma de cristo e outros ensaios sobre religião, psicologia e cultura**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

FROTA, Paulo Mont'Alverne. **Dumping social – quando o juiz do trabalho combate a concorrência empresarial desleal**. Disponível em: <http://www.trt12.jus.br/portal/areas/ascom/extranet/documentos/Artigo_Dumping_Social.pdf>. Acesso em 12 jul. 2016.

FURQUIM, Maria Célia de Araújo. **Nem empregado, nem autônomo: parassubordinado**. 2ª ed., São Paulo: LTr, 2015.

FURTADO, Emmanuel Teófilo. **Noções de Cidadania, Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais**. In: FURTADO, Emmanuel Teófilo; DIAS NETO, Pedro Miron de

Vasconcelos. (Organ.). **Teoria da cidadania e direitos fundamentais**. São Paulo: LTr, 2016.

FUWA, Maria; TAKEDA, Shuntaro; ZWIERZ, Marcin; WISEMAN, Howard M.; FURUSAWA, Akira. **Experimental proof of nonlocal wave function collapse for a single particle using homodyne measurements**. Nature Publishing Group, 24 mar. 2015. Cornell University Library. Disponível em: <<http://arxiv.org/pdf/1412.7790v1.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

GANDHI, Mahatma. **O caminho da paz – respostas sobre amor, fé e vida**. São Paulo: Gente, 2014.

GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho**. 10ª ed., ver., atual., ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

GIDDENS, Anthony. **A estrutura de classes das sociedades avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GIUBBONI, Stefano. **Social rights and market freedom in the european constitution: a labour law perspective**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006.

GLOBO. Tecnologias. **União Europeia multa Microsoft em € 561 milhões por não oferecer browsers alternativos**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/uniao-europeia-multa-microsoft-em-561-milhoes-por-nao-oferecer-browsers-alternativos-7755310#ixzz4KbBMdTKg>>. Acesso em 18 jul. 2016.

_____. **UE pede que Apple devolva à Irlanda valor € 13 bilhões por vantagem fiscal. Valor é um recorde na história dos casos de subsídios de Estado. Apple anunciou que apelará contra a decisão da UE**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/08/ue-pede-que-apple-devolva-irlanda-valor-13-bilhoes-por-vantagem-fiscal.html>>. Acesso em 31 ago. 2016.

GONÇALVES, Lilian. **Ultratividade das cláusulas normativas**. São Paulo: LTr, 2008.

GONZALEZ, Amelia. **ONU prepara tratado para regular ações de multinacionais contra direitos humanos**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/onu-prepara-tratado-para-regular-acoes-de-multinacionais-contradireitos-humanos.html>>. Acesso em: 01 set. 2016.

GONZALEZ-CRUSSI, F. **Nascer e outras dificuldades**. São Paulo: Códex, 2004.

GOSWAMI, Amit. **O universo autoconsciente: como a consciência cria o mundo material**. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2008.

_____. **Physics within Nondual Consciousness**. *Philosophy East and West*, Vol. 51, N. 4, Nondualism, Liberation, and Language: The Infinity Foundation Lectures at Hawaii, 1997-2000 (Oct., 2001), p. 535-544. Disponível em < <http://muse.jhu.edu/article/26566/pdf> > Acesso em: 19 set. 2014.

GOSWAMI, Amit; REED, Richard E. e GOSWAMI, Maggie. **O universo autoconsciente: como a consciência cria o mundo material**. (Trad. Ruy Jungmann.) 2ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1998.

GREENWOOD, Susan; GOODWYN, Erik D.. **Magical Consciousness: An Anthropological and Neurobiological Approach**. Nova Iorque: Routledge, 2016.

GUARDIA, Alex Amstalden. **Síntese para despertar a consciência – através do conhecimento de si mesmo**. 2ª ed. Piracicaba: Ed. do Autor, 2011.

GUIMARÃES, Pollyanna Silva. **A tecnologia aliada à construção do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2016.

HAMEROFF, Stuart; PENROSE, Roger. Consciousness in the universe: A review of the ‘Orch OR’ theory, in **Physics of Life Reviews**, v. 11, Issue 1, mar. 2014, Pages 39-78. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1571064513001188>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

HANH. Thich Nhat. **Peace is every step: the path of mindfulness in everyday life**. Reino Unido: Rider, 1991.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens – Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HAWKING, Stephen William e MLODINOW, Leonard. **Uma nova história do tempo**. (Trad. Vera de Paula Assis). Rio de Janeiro: PocketOuro, 2008.

HEINÄMAA, Sara; LÄHTEENMÄKI, Vili e REMES, Pauliina. **Studies in the history of philosophy of mind - Volume 4 – Consciousness - From Perception to Reflection in the History of Philosophy** - Netherlands: Springer, 2007.

HEISENBERG, Werner Karl. **The Physicist' s Conception of Nature**. Londres: Hutchinson, 1958.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 2ª edição, São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOLMES, Stephen; SUSTEIN, Cass R. **The cost of rights why liberty depends on taxes**. Nova York: W. W. Norton & Company, Edição digital Kindle, 2000. Disponível em: <<https://www.amazon.com.br/Cost-Rights-Liberty-Depends-Taxes/dp/0393320332>>. Acesso em: 12 set. 2016.

HOMERO. **Odisséia**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

HURRELL, Andrew. Sociedade internacional e governança global. **Lua Nova**, São Paulo, n. 46, p. 55-75, 1999. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jul. 2016.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso básico de direito internacional público e privado do trabalho**. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2015.

INSTITUTO SUPERIOR JOÃO XXIII, Terencio: **heautontimorumenos (El atormentador de sí mismo)**. (Introd., vers. not. José Juan Del Col). Disponível em: <http://juan23.edu.ar/delcol/pdf/terencio_heautontimorumenos.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2015.

JAMES, William. **The Principles of Psychology**. Nova Iorque: Dover, V.1, 1950.

JO, Hee Moon. **Introdução ao direito internacional**. São Paulo: LTr, 2004.

JOÃO XXIII, Papa. **Encíclica Pacem in terris**. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html>. Acesso em: 10 abr. 2015.

JUCÁ, Francisco Pedro; ISHIKAWA, Lauro. **A Constitucionalização do Direito: uma função social do Direito** p.80-99. In: JUCÁ, Francisco Pedro; ISHIKAWA, Lauro. (Org.). **A Constitucionalização do Direito: seus reflexos e o acesso à Justiça**. Birigui: Boreal, 2015.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
_____. **Tipos psicológicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 5ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KELBERT, Fabiana Okchstein. **Reserva do possível e a efetividade dos direitos sociais no direito brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2011.

KELLER, Werner. **O direito ao trabalho como direito fundamental**. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2016.

KING, Martin Luther. **Um apelo à consciência – os melhores discursos de Martin Luther King**. (Selec. e organ.: CARSON, Clayborne e SHEPARD, Kris). Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** 28ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

KRAUSE, Décio. **Nota sobre o comprometimento ontológico com não-indivíduos. Filosofia e história da Ciência no Cone Sul – Seleção de trabalhos do 5º encontro**. Organizadores: Roberto de Andrade Martins, Cibele Celestino Silva, Juliana Mesquita Hidalgo Ferreira, Lilian Al-Chuyer Pereira Martins. Campinas: Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul – AFHIC, 2008.

KRISHNAMURTI, Jiddu; BOHM, David. **The Limits of Thought Discussions**. Nova Iorque: Routledge, 2009.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1998.

LATTIMER, Mark e SANDS, Philippe. (Org.) **Justice for Crimes Against Humanity**. Portland: Hart Publishing, 2003.

LAURINO, Salvador Franco de Lima. **Destacamento de trabalhadores: dumping social e os desafios à afirmação do espaço social europeu**. São Paulo: LTr, 2013.

LEIBNIZ, G. W. **Discurso de metafísica e outros textos**. (Apresent. Tessa Moura Lacerda. Trad. Marilena Chaui e Alexandre da Cruz Bonilha). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LOURES, Rodrigo Costa da Rocha. **Sustentabilidade XXI – educar e inovar sob uma nova consciência**. São Paulo: Gente, 2009.

LOW, Philip. **Cambridge Declaration on Consciousness**. 2012. Editada por Jaak Panksepp, Diana Reiss, David Edelman, Bruno Van Swinderen, Philip Low and Christof Koch. A Declaração foi proclamada publicamente em Cambridge, Reino Unido, em 7 de

julho de 2012, no Francis Crick Memorial na Conferência sobre a Consciência em Animais Humanos e Não-Humanos, no Churchill College, Universidade de Cambridge. Disponível em: <<http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

LUKÁCS. György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. (Trad. Rodnei Nascimento; ver. Trad. Karina Jannini). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LYON-CAEN, Gérard. **Le droit du travail. Une technique réversible**. Paris: Dalloz, 1995.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **As vítimas-algozes**. Domínio público, p. 6. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000124.pdf> >. Acesso em: 14 jul. 2016.

MAIN, Roderick. **The rupture of time synchronicity and jung's critique of modern western culture**. Nova Iorque: Brunner-Routledge, 2004.

MAINE, Henry Sumner. **Ancient law: its connection with the early history of society and its relation to modern ideas**. London: John Murray, 1861, p. 46. Disponível em: <<https://archive.org/stream/ancientlawitsco18maingoog#page/n57/mode/1up>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto. MENDES, Ranúlio. **Dumping social nas relações de trabalho**. 2ª. ed., São Paulo: LTr, 2014.

MALIN, Shimon. **Nature loves to hide - quantum physics and reality, a western perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MANNRICH, Nélon e FERNANDES, Reinaldo de Francisco. **Temas contemporâneos de direito do trabalho**. São Paulo: Ltr, 2016.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARGALIT, Avishai. **The decent society**. Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

MARTINS, Sergio Pinto. **A continuidade do contrato de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Convenções da OIT**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Dano moral decorrente do contrato de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 30ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. **Direitos fundamentais trabalhistas**. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Pluralismo do Direito do Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. (Trad. e introd. Florestan Fernandes). 2ª.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**, São Paulo: Boitempo, 2008.

MASSON, Cleber, **Código Penal comentado**. 2ª. ed., São Paulo: Método, 2014.

MEDEIROS, Alexandre Alliprandino; LOPES, Edmundo Fraga. A dignidade da pessoa como elo imprescindível entre o homem, o trabalho e os ideais da prevenção e da precaução no contexto do trabalho. In: SANTOS, Lorival Ferreira dos; GIORDANI, Francisco Alberto da Motta Peixoto; TOLEDO FILHO, Manoel Carlos; (Coord.). **O Direito do trabalho e o processo do trabalho no século XXI: livro comemorativo dos 30 anos do TRT da 15ª região**. São Paulo: LTr, 2016.

MENDES, João Pedro. **Humanitas – Vol. XLVII, Considerações sobre humanismo**, 1995.

Disponível

em:

<http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas47/50.1_Joao_Pedro_Mendes.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2015.

MINDEROO FOUNDATION, The. **The global slavery index**. Disponível em: <<http://www.globalslaveryindex.org/country/china/>>. Acesso em: 18 set. 2016.

MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes de et al . Saúde mental, trabalho e aposentadoria: focalizando a alienação mental. **Rev. bras. enferm.**, Brasília , v. 62, n. 5, p. 711-716, Oct. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672009000500010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 fev. 2016.

MIRANDOLA, Pico della. **Discurso sobre a dignidade humana**. (Trad. e introd. Maria de Lurdes Sirgado Ganho). Lisboa: Edições 70, 2001.

MORESCHINI, Claudio. **História da literatura cristã antiga grega e latina – II – Do Concílio de Nicéia ao início da Idade Média**, Tomo 1, São Paulo: Loyola, 1996.

MÜNCH, Richard. **Nation and Citizenship in the Global Age – From National to Transnational Ties and Identities**. Reino Unido: Palgrave, 2001.

NAHAS, Thereza Christina. **Reflexões sobre os efeitos do capital globalizado nas relações de trabalho – especial referência à UE e ao Mercosul**. São Paulo: LTr, 2016.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **A objeção de consciência a luz da política, do direito e da moral**. 1970. 93 p. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Direito do Trabalho, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.

_____. Direito coletivo do trabalho na constituição brasileira. In: **Direito do Trabalho Estudos em homenagem ao Prof. Luiz de Pinho Pedreira da Silva**, (Coord. RIBEIRO, Lélia Guimarães Carvalho e PAMPLONA FILHO, Rodolfo). São Paulo: LTr, 1998.

_____. **Iniciação ao direito do trabalho**. 39ª ed. São Paulo: LTr, 2014.

NICOLESCU, Basarab. Um novo tipo de conhecimento – transdisciplinaridade. In: UNESCO, **Educação e Transdisciplinaridade**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127511por.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

NIELSEN, Kai. **Ethics Without God**. Estados Unidos: Prometheus Books, 1989.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

OLIVEIRA, Maria José Galfeno de Souza. Reflexões do pensamento de John Rawls na obra o direito dos povos. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 101, 2006, p. 529-550. Disponível em: <www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67717>. Acesso em: 01 out. 2016.

ORDOVÁS, María José González. **Ineficacia, anomia y fuentes del derecho**. Instituto de Derechos Humanos Bartolomé de Las Casas, Universidad Carlos III de Madrid. Madrid: Dykinson, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Normas Internacionais do Trabalho**. Lisboa. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_visita_guiada_03b_pt.htm>. Acesso em: 31 jul. 2016.

_____. **Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social**. Genebra, Brasília: OIT, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Forced labour, modern slavery and human trafficking**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/global/topics/forced-labour/lang--en/index.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

_____. **Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI**. (Coord. Leonardo Sakamoto). Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/forced_labour/pub/trabalho_escravo_no_brasil_do_%20seculo_%20xxi_315.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

OUSPENSKY, Piotr Demianovitch. **El cuarto camino**. 1ª ed., 8ª reimpr. Buenos Aires: Kier, 2005.

_____. **Fragmentos de um ensinamento desconhecido**. 16ª ed., São Paulo: Pensamento, 2010.

PANIKKAR, Raimundo. Seria a noção de direitos humanos um conceito ocidental? In: BALDI, César Augusto. **Direitos Humanos na sociedade cosmopolita**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

PARLAMENTO EUROPEU. Disponível em <[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/fiches_techniques/2013/030103/04A_FT\(2013\)030103_PT.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/fiches_techniques/2013/030103/04A_FT(2013)030103_PT.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2016.

PENFIELD, Wilder. **Mistério da mente: um estudo crítico da consciência e do cérebro humano**. São Paulo: Edusp, 1983.

PERELMAN, Chäim. **Ética e direito**. (Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira). São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PESSOA JÚNIOR, Osvaldo. A Física Quântica seria necessária para explicar a Consciência? Palestra ministrada no encontro Questões Metodológicas em Ciências Cognitivas realizado no Instituto de Estudos Avançados da USP em 1994, a convite de Henrique del Nero, tendo sido publicada na **Coleção Documentos - Série Ciência Cognitiva - 20**, p. 184-189, (nova numeração: Série Ciência e Tecnologia – 37). Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/df/opessoa/Cons.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

_____. **Conceitos de física quântica**. 1ª ed., São Paulo: Editora Livraria da Física, 2003.

PESSOA, Flávia Moreira Guimarães. **Relações de trabalho na sociedade contemporânea**. São Paulo: LTr, 2009.

PIACENTINI, Maria Tereza de Queiroz. **Não Tropece na Língua: Lições e curiosidades do português brasileiro**. Curitiba: Bonijuris, 2012.

PIES, Ingo; KOSLOWSKI, Peter. **Corporate Citizenship and New Governance The Political Role of Corporations**, Berlim: Springer, 2011.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. (Trad. André Telles, ver. Monica Baumgarten de Bolle). Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PINTO, Marcelo de Rezende; LARA, José Edson. A cidadania corporativa como uma orientação de marketing: um estudo no varejo. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 44, n. spe, p. 48-60, Dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902004000500004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jun. 2016.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 9ª ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

PLATÃO. **A república**. 9ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

PLATÃO. **Timeu-Crítias**. (Trad. do grego, introd., notas e índices: Rodolfo Lopes). Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011.

PRATA, Marcelo Rodrigues. **O direito ambiental do trabalho numa perspectiva sistêmica: as causas da inefetividade da proteção à ambiência laboral e o que podemos fazer para combatê-la**. São Paulo: LTr, 2013.

RAWL, John. **O Direito dos Povos**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RAWL, John. **Justiça como equidade - uma reformulação**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

_____. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RAZ, JOSEPH. **The authority of law essays on law and morality**. 2ª ed., Nova Iorque: Oxford University Press. 2009.

REALE, Miguel. **Introdução à filosofia**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Lições preliminares de direito**. 27ª ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **O Direito como experiência**. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1992.

REICHENBACH, Hans. **Philosophic Foundations of Quantum Mechanics**. Berkeley: University of California Press, 1944.

REUTERS. **Papa cria novo Organismo para o Desenvolvimento Humano Integral**. Disponível em: <http://br.radiovaticana.va/news/2016/08/31/papa_cria_novo_organismo_para_o_desenvolvimento_humano_integ/1254718>. Acesso em: 12 out. 2016.

ROBINSON, Bryan E. **Chained to the desk – a guidebook for workaholics, their partners and children, and the clinicians who treat them**. 2ª ed. Estados Unidos: New York University Press, 2007.

ROBINSON, Dominic. **Understanding the “Imago Dei” – The Thought of Barth, von Balthasar and Moltmann**. Inglaterra: Ashgate Publishing, 2011.

ROCHA, Duílio Lima. A Construção Histórica da Cidadania Mediante o Acesso ao Trabalho e à Previdência. In: FURTADO, Emmanuel Teófilo, DIAS NETO, Pedro Miron de Vasconcelos. (Org.). **Teoria da cidadania e direitos fundamentais**. São Paulo: LTr, 2016.

RODOTÀ, Stefano. **"Com'è povero il diritto se non parla d'amore"** Entrevista feita por Simonetta Fiori. Disponível em: <http://www.repubblica.it/cultura/2015/11/19/news/stefano_rodota_com_e_povero_il_diritto_se_non_parla_d_amore_-127714582/>. Acesso em: 03 out. 2016.

_____. **El derecho a tener derechos**. Madri: Editorial Trotta, 2014.

ROMITA, Arion Sayão. **Direitos fundamentais nas relações de trabalho**. 5ª ed., São Paulo: LTr, 2014.

ROMITA, Arion Sayão. **Visão crítica da principiologia trabalhista**. In: PINTO, José Augusto Rodrigues; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Principiologia: ensino em homenagem ao centenário de Luiz de Pinho Pedreira da Silva: um jurista de princípios**. São Paulo: LTr, 2016.

ROSAFIO, Pasquale. Escravidão, colonato e servidão da gleba. In ECO, Humberto. **Idade Média – Bárbaros, cristãos e muçulmanos** Portugal, Alfragide: Dom Quixote, 2010.

ROSENBLUM, Bruce. e KUTTNER, Fred. **Quantum enigma**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2006.

ROSS, Alf. **Tô-Tô**. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Rousseau e as relações internacionais**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

_____. **O contrato social**. Madrid: Espasa Calpe, 2007.

RUGGIE, John; NELSON, Jane. **Corporate Responsibility and New Governance Models**. Disponível em: <<https://www.hks.harvard.edu/degrees/teaching-courses/course-listing/iga-165m>> Acesso em: 20 de maio 2015.

SAAD, Eduardo Gabriel; **Consolidação das Lei do trabalho comentada**. 49ª ed.. (Rev. e ampl., José Eduardo Saad e Ana Maria Castello Branco Saad). São Paulo: LTr, 2016.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTA SÉ. **Constituição pastoral Gaudium et spes sobre a igreja no mundo actual**. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html> Acesso em: 19 abr. 2015.

SANTOS, Akiko. Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 71-83, Abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jan. 2015.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Alienação e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SCHELER, Max. **A situação do homem no cosmos**. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 205-209, Feb. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 abr. 2016.

SCHINAIDER, Jaison. Uma estrutura quase-conjuntista para a mecânica quântica não-relativista. **Principia: an international journal of epistemology**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 103-135, abr. 2011. ISSN 1808-1711. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/principia/article/view/1808-1711.2013v17n1p103/26265>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

SCHINAIDER, Jaison. Uma estrutura quase-conjuntista para a mecânica quântica não-relativista. **Principia Revista Internacional de Epistemologia**. V. 17(1), 2013, p. 103.

SEARLE, John. Como estudar cientificamente a consciência. (Trad. Miguel Madeira e Mafalda Eiró Gomes). **Cadernos de Filosofia**. Lisboa: Colibri e Instituto de Filosofia da Linguagem da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, nº 11, 2002.

SHELDRAKE, Rupert - **The Science Delusion - banned TED talk**. Disponível em: <<http://www.amara.org/en/videos/srtZB3MpMW0w/pt/31021/>>. Acesso em 22 abr. 2015.

_____. **Una nova ciencia de la vida – La hipótesis de la causación formativa**. Barcelona: Editorial Kairós, 2011.

SHIGUEMOTO, Samuel dos Santos; SIQUEIRA, Reinaldo W.. YHWH: a identidade do Deus de Israel. **KERYGMA – CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO**, v. 7, n. 2, p. 69-85, (2º sem. 2011), Engenheiro Coelho: Unaspress – Imprensa Universitária Adventista, 2011.

SHINYASHIKI, Roberto. **Pais e filhos, companheiros de viagem – uma educação para a felicidade**. São Paulo: Gente, 2012.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de Direito do trabalho aplicado, vol. 6: contrato de trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da. **Representação e Participação dos trabalhadores na gestão da Empresa**. São Paulo: LTr, 1988.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações – Investigação sobre sua natureza e suas causas**. Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOULAS, Johann. **Testament universel: Le monde est lumière parce qu'il est mathématique**. Paris: Publibook, 2015.

SOUZA, Ricardo Timm de. **A dignidade da pessoa humana**. In: KIPPER, Délio José. (Org.) **Ética: teoria e prática: uma visão multidisciplinar**. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

SPINOZA, Benedictus de. **Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética**; 3ªed. **Tratado político; Correspondência**, 3ª. ed., São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STAPP, Henry. Quantum Approaches to Consciousness. In: **The Cambridge Handbook of Consciousness**, (Edit. Philip David Zelazo; Morris Moscovitch e Evan Thompson). Canadá: University of Toronto, 2007.

STEIN. James D. **Como a matemática explica o mundo: o poder dos números no cotidiano**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

STRATHERN, Paul. **Uma breve história da economia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SUPIOT, ALAIN. **Homo Juridicus - On the Anthropological Function of the Law**. Nova Iorque: Verso, 2007.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 132 Rio de Janeiro, Relator: Min. Ayres Britto; Repte.: Governador do Estado do Rio de Janeiro; Procurador-Geral do Estado do Rio de Janeiro. DJE nº 198, Divulgação 13 out. 2011, Ementário nº 2607-1 Publicação 14 out. 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>>. Acesso em: 14 maio 2016.

TALBOT, Michael. **O Universo holográfico**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Sobreviver ao trabalho**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático**. (Trad. Eduardo Brandão). 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOLSTÓI, Liev. **Contos completos**. Edição Kindle Digital, (Trad. e apresent.: Rubens Figueiredo). 1ª ed., São Paulo: Cosac Naify, 2015, posição 2091. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Contos-completos-Tolst%C3%B3i-Liev-ebook/dp/B01D3MS0SK/ref=sr_1_1?s=books&ie=UTF8&qid=1480477145&sr=1-1&keywords=TOLST%C3%93I+contos+completos>. Acesso em 01 jun. 2016.

TORRANO, Jaa. **Teogonia – A origem dos Deuses**, 3ª ed., São Paulo: Iluminuras, 1995.

TRAWSON, Peter F. **Individuals. An Essay in decriptive metaphysics**, New York: Methuen, 1984, p. 104.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/10157/b1de2b85-0084-4d77-9971-63cf33d33671>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Coordenadoria de Estatística e Pesquisa.** Disponível em:

<<http://www.tst.jus.br/documents/10157/14446079/RP+2015+12+Dezembro+%28Ordem+Qtd+Processos%29.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

_____. **Valores pagos.** Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/valores-pagos>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito Internacional e direito interno: sua interação na proteção dos direitos humanos.** Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/introd.htm>>. Acesso em: 15 maio 2016.

UBILLOS, Juan Maria Bilbao. ¿En qué medida vinculan a los particulares los derechos privados? In: SARLET. Ingo Wolfgang. Org. **Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado.** 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

UNITED STATES SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. **Sarbanes-Oxley Act of 2002.** Public Law, 107–204, JULY 30, 2002, 116, STAT. 745. Disponível em: <<https://www.sec.gov/about/laws/soa2002.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Biblioteca Virtual de Direito Humanos.** Convenção Suplementar Sobre Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura – 1956. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OIT-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Internacional-do-Trabalho/convencao-suplementar-sobre-abolicao-da-escravatura-do-trafico-de-escravos-e-das-instituicoes-e-praticas-analogas-a-escravatura-1956.html>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

VAZ, Andréa Arruda. **Direito fundamental à liberdade sindical no Brasil e os tratados de direitos humanos.** São Paulo: LTr, 2016.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de filosofia IV - Introdução à ética filosófica 1.** São Paulo: Loyola, 2006.

VAZ, Pe. Henrique C. de Lima. **Escritos de filosofia VI - Ontologia e história.** São Paulo: Loyola, 2001.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual da Homoafetividade**. São Paulo: Método, 2008.

WIGNER, Eugene Paul. **The collected Works of Eugene Paulo Wigner**, New York: Springer-Verlag, 1997.

WOLF, Fred Alan. Prefácio in: GOSWAMI, Amit; REED, Richard E. e GOSWAMI, Maggie. **O universo autoconsciente: como a consciência cria o mundo material**. (Trad. Ruy Jungmann). 2ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1998.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

ZILLES, Urbano. **Evangelhos apócrifos**. (Introd. e trad. Urbano Zilles). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ZIMERMAN, David E. **Etimologia de Termos Psicanalíticos**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

ZORZETTO, Ricardo. **Sobre gatos, fótons e mundos estranhos. Para entender transição do mundo quântico para o clássico, físicos brasileiros medem troca de informação entre partículas de luz e o ambiente e mundos estranhos**. Pesquisa Fapesp, São Paulo, 202, 18-25, dezembro de 2012. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/12/018-025_fotons_202.pdf?be076b>. Acesso em: 16 fev. 2015.